

ANÚNCIO

CONSULTA PÚBLICA

AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL

Projeto: AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE RECRIA E ENGORDA DE BOVINOS DO VALE DA LANÇA

Localização: Vale da Lança, Freguesia de Lardosa, Concelho e Distrito de Castelo Branco

Proponente: Sociedade Vale da Lança – Comércio de Gado, Lda.

Entidade Licenciadora: Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Enquadramento: o projeto está sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, nos termos da subalínea ii), da alínea b), do n.º 4, do Artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro.

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 1 do Art.º 15.º e nos Art.º 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, enquanto Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, informa que o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), se encontra disponível para Consulta Pública, durante 20 dias úteis, **de 24 de maio a 21 de junho de 2017**, nos seguintes locais:

- **Agência Portuguesa do Ambiente**
Rua da Murgueira, n.º 9/9A, Zambujal, Apartado 7585, 2611 – 865 Amadora
- **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – Direcção de Serviços de Ambiente**
Rua Cidade de Aeminium, 3000-429 Coimbra
- **Câmara Municipal de Castelo Branco**
Praça do Município, 6000-458 Castelo Branco

O EIA encontra-se, também, disponível na Internet, nas páginas (www.ccdrc.pt) e (www.participa.pt) podendo, ainda, o RNT, em suporte de papel, ser consultado na Junta de Freguesia de Lardosa.

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e apreciadas todas as exposições, apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o projeto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na Rua Bernardim Ribeiro, n.º 80, 3000-069 Coimbra, até à data do termo da Consulta Pública.

O licenciamento (ou a autorização) do projeto só poderá ser concedido após Declaração de Impacte Ambiental Favorável, ou Condicionalmente Favorável ou decorrido o prazo para a sua emissão.

A Declaração de Impacte Ambiental deverá ser emitida, pela CCDRC, como Autoridade de AIA, até **23/08/2017**, salvo suspensão de prazo, para efeitos do disposto nos Art.º 16.º e 17.º do diploma em referência, ou pelo membro do governo responsável pela área do ambiente, nos termos previstos nos n.ºs 6 e 7 do Art.º 16.º do mesmo diploma.

Qualquer decisão, acto ou omissão ao disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro, é passível de impugnação administrativa, através de reclamação ou recurso hierárquico facultativo, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, e contenciosamente, nos termos do Código de Processo dos Tribunais Administrativos.

Coimbra, 24 de maio de 2017

O VICE-PRESIDENTE



António Júlio Veiga Simão
Vice-Presidente
(Dr. António Júlio Silva Veiga Simão)